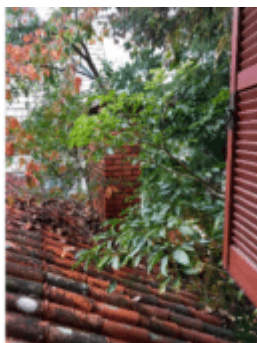


As cidades desertas - IV



Por **GILBERTO LOPES***

Na América Latina estamos sofrendo um Plano Condor renovado

Quase um milhão de mortos! Mais de 31 milhões de casos! Sete meses de pandemia e o mundo, transtornado, vê com surpresa um incremento dos surtos, renovação dos períodos de quarentena, incerteza sobre a produção de vacinas efetivas. Incerteza também sobre uma eventual recuperação econômica, depois do afundamento sem precedentes das principais economias do mundo no primeiro semestre deste ano.

Os Estados Unidos superaram esta semana sete milhões de casos e 200 mil mortes, número este que Donald Trump citou como limite superior a que se poderia chegar com um bom manejo da pandemia. Os mortos podem oscilar entre 100 mil e 200 mil, disse no final de março. “Se ficarmos nos 100 mil mortos – que é um número horrível –, teremos feito um grande trabalho”. E acrescentou: “é muito provável que o pico da doença possa produzir-se em duas semanas”. Quase seis meses depois, todos esses números foram superados e, na média atual, os Estados Unidos chegariam às eleições da segunda-feira 3 de novembro com cerca de 250 mil mortos por este coronavírus.

A Índia segue aproximando-se lentamente dos números dos Estados Unidos. Já supera os 5,5 milhões de casos e se aproxima dos 90 mil mortos; seguida por Brasil, com mais de 4,5 milhões de casos e cerca de 140 mil mortes. O Peru segue liderando o número de mortos por milhão de habitantes no mundo, com 942 (atrás apenas do microestado de San Marino), seguido por Bolívia, Brasil, Chile e Equador, nessa ordem, todos entre os dez primeiros dessa trágica lista no mundo.

Retorno ao modelo neoliberal

A Covid-19 alterou o calendário eleitoral da América Latina, forçando o adiamento das eleições gerais na Bolívia para setembro – previstas originalmente para maio – e, finalmente, para 18 de outubro, data que se supõe definitiva. Trata-se de eleições convocadas depois do golpe de estado de outubro do ano passado, que desconheceu o resultado das eleições com o apoio de um informe manipulado de uma comissão de observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA), desatou a violência no país e obrigou o presidente Evo Morales a exilar-se.

Também no Chile adiou-se a realização de um plebiscito sobre a reforma de uma constituição herdada do regime liderado pelo general Augusto Pinochet, finalmente marcado para 25 de outubro, uma semana depois das eleições na Bolívia. Luis Arce, economista, candidato do Movimento ao Socialismo (MAS), ex-ministro do governo Morales, lidera praticamente todas as pesquisas eleitorais na Bolívia, com mais de dez pontos de vantagem sobre seu principal rival, o ex-presidente Carlos Mesa, numa eleição em que participam outros cinco candidatos. A atual presidente de fato do país, Jeanine Áñez, renunciou a sua candidatura na semana passada, para apoiar Mesa.

Em todo caso, teremos que observar se Arce poderá triunfar no primeiro turno. Numa pesquisa da iniciativa “*Tu voto cuenta*”, difundida na sexta-feira passada, para a pergunta “Se as eleições fossem no próximo domingo, em quem você votaria?”, Arce obteve, entre os votos válidos, 40,3%. Mesa, 26,2%. Muito justo, mas insuficiente para ganhar no primeiro turno. Num segundo turno, com o apoio dos demais setores que participaram do golpe contra Evo Morales, provavelmente seria difícil manter essa vantagem. “O que nos oferece a direita é o retorno ao modelo neoliberal, com racismo e submissão aos interesses transnacionais”, afirmou Arce, na inauguração da Cúpula 2020 da Internacional Progressista, organizada na sexta-feira passada.

A reunião virtual, inaugurada pelo ex-ministro da economia da Grécia Yanis Varoufakis, realizou em seguida três mesas redondas, a última dedicada à “luta pela democracia na América Latina” e a aplicação do “*lawfare*”, ou a judicialização da política. É o novo modelo por meio do qual os setores conservadores foram expulsando do poder governantes de sinal contrário e impedindo, através de acusações legais, que possam se postular depois como candidatos. Foi o caso do Brasil, com a ex-presidente Dilma Rousseff e com o ex-presidente Lula, que se repetiu na Bolívia, com Evo Morales, e no Equador, com Rafael Correa, ambos impedidos de candidatar-se às eleições, e que se exilaram. Na Bolívia, o Ministério de Governo, em aliança com forças estrangeiras, iniciou uma perseguição a dirigentes políticos opositores, denunciou Arce. “Estamos vivendo numa ditadura muito dissimulada, sem tanques nas ruas. Mas somos objeto de acoso e perseguição política”.

A coalização de direita não tem sequer um programa comum, afirmou. Seu único objetivo é evitar que o MAS seja governo. O MAS é o único partido que garante que os recursos naturais da Bolívia – lítio, ferro, etc. – não caiam nas mãos de transnacionais, acrescentou.

Na ocasião da Internacional Progressista falaram também o candidato presidencial equatoriano Andrés Aráuz, o senador colombiano Gustavo Petro e a diplomata argentina Alicia Castro. Araúz, também economista, afirmou que “nos querem roubar a democracia. O que descreveu Luis Arce na Bolívia também está ocorrendo no Equador. Eliminaram o partido que nos apoiou e tivemos que nos aliar a outro para poder competir. Proferiram uma sentença aceleradíssima para impedir a participação de Rafael Correa nas eleições e estão tratando de eliminar também nossa candidatura. Nossas democracias estão ameaçadas pela judicialização da política, o *lawfare*, o uso do poder judicial para excluir os representantes progressistas”, afirmou.

Um Plano Condor renovado

O senador colombiano Gustavo Petro pediu uma coordenação das forças políticas em escala global em torno da mudança climática. “A mudança climática pode nos eliminar do planeta, pode extinguir a espécie humana”. Há que mudar a lógica do capital, essa forma de produção que nos conduziu a uma experiência civilizatória como nunca viu a espécie humana, disse Petro.

A diplomata argentina Alicia Castro advertiu que, na América Latina, estamos vivendo um renovado “Plano Condor”, referência ao que puseram em prática as ditaduras do Cone Sul para desaparecer, torturar e assassinar dirigentes populares depois dos golpes militares nos anos 70. A pandemia rasgou o véu sobre o fracasso rotundo do atual sistema. A maior potência do mundo, os Estados Unidos, não pode curar seus doentes, nem enterrar seus mortos. Por outro lado, está a violência da desigualdade. Não começou com a pandemia, disse Castro, mas, com ela, ficou evidente sua total crueza. A nossa – acrescentou – “é a região mais desigual do planeta; as diferenças são obscenas” e pediu um programa que incluía impostos para as grandes fortunas e para as atividades financeiras, um imposto extraordinário para os que obtiveram lucros extraordinários – como o setor tecnológico, ou as farmacêuticas –, além da moratória da dívida, entre outras medidas. Os setores progressistas tinham avançado na América Latina, rechaçado a ALCA em 2005, criado a UNASUR. “Com essa unidade regional conquistamos objetivos estratégicos. Mas logo veio a revanche. Não tínhamos imaginado a potência do *lawfare*”. “Primeiro deram o golpe em Dilma Rousseff; depois o julgamento de Lula, sequestrado eleitoralmente. Isto foi o laboratório. Depois, sequestrou-se Evo Morales e se está sequestrando eleitoralmente Rafael Correa no Equador”, acrescentou. Castro lembrou que o secretário de estado americano, Mike Pompeo estava na fronteira entre Brasil e Venezuela “em atitude ameaçadora”. “A matriz que empregam é a mesma que empregaram na Líbia: demonizar o mandatário, criar lutas internas, promover um linchamento midiático. Organizam governos paralelos – figuras grosseiras como Guaidó e Áñez –, criam um grande mal-estar interno e, finalmente, reúnem uma quantidade de desculpas para intervir militarmente, o que ameaça toda América Latina”, enfatizou. Destacou também a situação do jornalista Julian Assange, preso numa prisão de alta segurança em Londres e ameaçado com um julgamento de extradição aos Estados Unidos “por dizer a verdade sobre o que ocorre nesse país”. Cruel paradoxo de nosso tempo, acrescentou, no qual é muito importante “possuir meios de comunicação populares a nossa disposição para enfrentar a feroz máquina dos meios à disposição dos interesses transnacionais”.

Persona non grata

“Senhor presidente, ao mesmo tempo em que o saúdo quero expressar-lhe meu profundo desagrado pela maneira pouco respeitosa e irresponsável como o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, trata os interesses brasileiro e de Roraima em nossas relações com a Venezuela”.

Roraima, ao norte de Manaus, é um estado situado entre a Guiana e a Venezuela, cenário de que nos fala Alejo Carpentier em seu romance *“Los pasos perdidos”*, entre a fronteira cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén e Boa Vista, capital de Roraima, no extremo norte do Brasil, separadas por pouco mais de 200 km.

A carta ao presidente do Brasil é do senador por Roraima, Telmário Mota, do PROS (Partido Republicano da Ordem Social). “A invasão do solo de minha Roraima pelo secretário de estado dos Estados Unidos, o ex-diretor da CIA Mike Pompeo, acompanhado pelo chanceler Ernesto Araújo, para promover atos de provocação contra um país vizinho e amigo, é um ato indigno, hostil, desnecessário, sem qualquer vínculo com o interesse nacional. Trata-se de outro ato midiático orientado para promover os interesses eleitorais do Partido Republicano nas vésperas das eleições neste país”, afirmou Mota em sua carta a Bolsonaro.

A quem interessam tensões em nossas fronteiras? Pergunta-se o senador. “Atos hostis gratuitos contra governos de países vizinhos não respondem ao interesse nacional”. Somos povos irmãos, não necessitamos de uma guerra, afirmou. No dia seguinte, publicou em sua conta no Twitter: “Não aceito seu convite para jantar, Mr. Mike Pompeo. Vá para casa! O que você veio fazer aqui?” Mota lembrou que, como resultado de suas gestões para reabrir a fronteira com a Venezuela, as exportações brasileiras passaram de 6,9 milhões de dólares, em junho do ano passado, para 14,3 milhões atualmente, com um saldo favorável ao Brasil de 40,2 milhões no primeiro semestre deste ano.

O inusual giro de Pompeo iniciou-se na Guiana e no Suriname, dois países com escassa presença no cenário internacional, mas que atraem crescente atenção depois do anúncio de que possuem enormes reservas de petróleo. O giro seguiu no Brasil, onde Pompeo fez, na sexta-feira, em Roraima, um discurso renovando as ameaças de derrubar, por qualquer meio, o presidente Nicolás Maduro, a quem acusou de ser “traficante de drogas” e a cuja cabeça Washington pôs um preço. Roraima, um estado com pouco mais de 600 mil habitantes, abriga o maior campo de refugiados venezuelanos do continente, com quase oito mil pessoas, lembrou o conhecido colunista brasileiro Ricardo Noblat em seu blog, no sábado passado. Noblat destacou as declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, do conservador partido Democratas, aliado de Bolsonaro: “O Brasil deve preservar a estabilidade das fronteiras e a convivência pacífica com os países vizinhos”. A visita do secretário de estado “não é compatível com a boa prática diplomática internacional e contradiz as tradições de autonomia e independência de nossas políticas externa e de defesa”, disse Maia. O giro de Pompeo terminou na Colômbia, o mais estreito aliado de Washington na região.

Do outro lado do mundo

Mas as maiores tensões se produziram do outro lado do mundo, com a visita do subsecretário de estado norte-americano para o crescimento econômico, energia e ambiente, Keith Krach, a Taiwan, na semana passada. A visita insere-se nas tensões entre China e Estados Unidos nos mais diversos cenários, desde o econômico até o político, no Mar do Sul da China, Hong Kong e Taiwan.

Provavelmente nenhum caso é tão sensível – e com menor margem para negociações – quanto o de Taiwan, que Pequim considera uma província rebelde e parte de seu território. No início de setembro, o ministro das relações exteriores da China, Wang Yi, acusou os Estados Unidos de interferirem nos problemas marítimos e territoriais na região, empregando meios militares e alimentando a militarização do Mar do Sul da China.

“Os Estados Unidos e a ilha de Taiwan continuam adotando a ‘tática do salame’ para ampliar suas relações, incrementando a venda de armas estadunidenses para a ilha e tentando obrigar a China continental a engolir essa tendência. Seguem atirando pedras nas águas do estreito de Taiwan. Mas, se vão demasiado longe as pedras, podem tornar-se torpedos, aumentando a incerteza em toda a região, assim como os riscos de mudanças drásticas no estreito de Taiwan”, disse, em 16 de setembro passado, em seu editorial, o jornal *Global Times*, cujas opiniões são consideradas uma posição oficial de Pequim. Taiwan nunca será um estado soberano, afirma o periódico. A lei internacional estabelece claramente que Taiwan

não é um país. Uma vez que o Exército Popular de Libertação envie tropas para reunificar a ilha de Taiwan, o armamento que lhes venderam os Estados Unidos “não será mais que um adorno”, afirma ainda.

Para acadêmicos chineses, a mudança de Washington responde a interesses eleitorais do presidente Trump. Mas essa política de tentar fazer retroceder a posição chinesa é perigosa, assegura Yuan Zheng, membro sênior do Instituto de Estudos Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais, citado pelo *Global Times*. Washington pode subestimar a decisão de Pequim ao escalar sua política de aproximação de Taiwan. Na sexta-feira 18, quando Krach tinha previsto reunir-se na ilha com a presidente Tsai Ingwen, o Exército Popular de Libertação iniciou manobras militares perto do estreito de Taiwan. “A questão de Taiwan é um assunto puramente interno da China. Não podemos permitir que as potências estrangeiras interfiram”, disse o porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin. Mas, para evitar por enquanto uma confrontação armada, a resposta poderia ser sanções econômicas contra empresas envolvidas nessas negociações. **Entre um e outro** Entre estes extremos geográficos, a América do Sul e a Ásia, Pompeo, em seu retorno, anunciou o restabelecimento, a partir de 20 de setembro, de praticamente todas as sanções contra o Irã, que haviam sido revogadas depois do acordo nuclear de 2015, a que chegaram, com a participação da administração Obama, todas as partes interessadas. Uma decisão que vai, além do mais, contra a decisão do Conselho de Segurança da ONU, que recusou, em agosto passado, a proposta dos Estados Unidos de restabelecer as sanções, incluindo um embargo de armas.

Se os estados membros da ONU não cumprem suas obrigações de implementar estas sanções, os Estados Unidos estão prontos para usar suas autoridades nacionais para impô-las, como consequência das violações dos acordos, e garantir que o Irã não se beneficiará de atividades proibidas pela ONU, disse o comunicado do Departamento de Estado. Trata-se de uma medida que não conta sequer com o apoio de aliados de Washington, como Inglaterra, França ou Alemanha, que enviaram uma carta ao presidente do Conselho de Segurança, afirmando que a proposta dos Estados Unidos não tem efeito legal algum e que foi recusada também por China e Rússia.

Gilberto Lopes é jornalista, doutor em Estudos da Sociedade e da Cultura pela Universidad de Costa Rica (UCR).

Tradução: **Fernando Lima das Neves**.